

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

**13º CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA
PROVIMENTO DE CARGOS NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA
DE PROCURADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

CP 13/11 - PROCURADOR DO ESTADO

FASE INTERMEDIÁRIA

CADERNO DE QUESTÕES

GRUPO II

PROVAS DISSERTATIVAS DE:

DIREITO CIVIL

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSO TRIBUTÁRIO

22/01/2012 – TURNO TARDE



DIREITO CIVIL

QUESTÃO 01 (máximo 30 linhas):

O artigo 186 do Código Civil trata dos atos ilícitos e o artigo 187 versa sobre atos equiparados a ilícitos. Estabeleça um paralelo entre as duas figuras, enfocando:

- (a) a natureza das responsabilidades oriundas de cada um dos dispositivos;
- (b) os requisitos de cada um;
- (c) as consequências em termos de reparação e/ou prevenção em cada caso.

QUESTÃO 02 (máximo 15 linhas):

Quais as consequências da *accessio temporis* sobre os eventuais vícios da posse?

QUESTÃO 03 (máximo 15 linhas):

O Código Civil admite a figura da simulação inocente? Justifique.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 04 (máximo 30 linhas):

Explique o significado das expressões **tutela específica**, **tutela pelo resultado prático equivalente** e **tutela pelo equivalente monetário**, correlacionando-as com a regra da congruência entre o pedido, a sentença e as técnicas de tutela.

QUESTÃO 05 (máximo 15 linhas):

No processo de conhecimento, é prolatada sentença condenando o réu ao pagamento de indenização em montante fixo. Nenhuma referência é feita à correção monetária, juros de mora ou honorários advocatícios. As partes não opõem embargos de declaração, tampouco quaisquer outros recursos, e a sentença transita em julgado. Pergunta-se: é possível, em sede de cumprimento de sentença, requerer a correção monetária e a incidência de juros de mora sobre o valor da condenação, assim como a fixação de honorários advocatícios relativos à fase de conhecimento? Qual o fundamento?

QUESTÃO 06 (máximo 15 linhas):

Explique o que justifica, autoriza ou determina, conforme o caso, a formação dos litisconsórcios unitário, simples, necessário e facultativo.

QUESTÃO 07 (máximo 30 linhas):

Discorra sobre os princípios da **anualidade tributária**, da **anterioridade anual**, da **anterioridade nonagesimal** e da **anterioridade mitigada** e comente, em consonância com a jurisprudência majoritária do Supremo Tribunal Federal, sobre a incidência ou não do princípio da anterioridade nonagesimal em se tratando da prorrogação de lei que instituiu determinado tributo temporário.

QUESTÃO 08 (máximo 15 linhas):

Em se tratando de cobrança judicial de crédito público não tributário, regularmente inscrito em dívida ativa e observado o respectivo rito legal, comente sobre a possibilidade ou não – em vista das alterações processuais decorrentes da Lei nº 11.382/06 – de serem admitidos embargos de devedor ainda que ausente garantia do juízo da execução; comente, ainda, de acordo com a jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça, sobre a aplicação ou não ao processo de execução fiscal da regra contida no artigo 739-A do Código de Processo Civil.

QUESTÃO 09 (máximo 15 linhas):

Considerando a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, comente sobre a compatibilidade ou não, com o disposto na Constituição Federal,

- I. do *caput* do artigo 34 da Lei nº 6.830/80.
- II. da suspensão do lapso prescricional prevista ao final do parágrafo 3º do artigo 2º da referida Lei, quando da cobrança de créditos públicos tributários e, ainda, de créditos públicos não tributários.

Lined writing area for text entry.

Lined writing area for text entry.

Lined writing area for text entry.

Lined writing area for text entry.

Lined writing area for text entry.

Lined writing area with 25 horizontal lines.

Lined writing area for notes or text.

Lined writing area for text entry.

Lined writing area for notes or text.